



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Especialidade Serviço Social

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'RJ21', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Divagação sobre as ilhas

Minha ilha (e só de a imaginar já me considero seu habitante) ficará no justo ponto de latitude e longitude que, pondo-me a coberto de ventos, sereias e pestes, nem me afaste demasiado dos homens nem me obrigue a praticá-los diuturnamente. Porque esta é a ciência e, direi, a arte do bom viver: uma fuga relativa, e uma não muito estouvada confraternização.

E por que nos seduz a ilha? As composições de sombra e luz, o esmalte da relva, a cristalinidade dos regatos – tudo isso existe fora das ilhas, não é privilégio delas. A mesma solidão existe, com diferentes pressões, nos mais diversos locais, inclusive os de população densa, em terra firme e longa. Resta ainda o argumento da felicidade – “aqui eu não sou feliz”, declara o poeta, para enaltecer, pelo contraste, a sua Pasárgada, mas será que se procura realmente nas ilhas a ocasião de ser feliz, ou um modo de sê-lo? E só se alcançaria tal mercê, de índole extremamente subjetiva, no regaço de uma ilha, e não igualmente em terra comum?

Quando penso em comprar uma ilha, nenhuma dessas excelências me seduz mais do que as outras, nem todas juntas constituem a razão do meu desejo. A ideia de fuga tem sido alvo de crítica severa e indiscriminada nos últimos anos, como se fosse ignominioso, por exemplo, fugir de um perigo, de um sofrimento, de uma caceteação. Como se devesse o homem consumir-se numa fogueira perene, sem carinho para com as partes cândidas ou pueris dele mesmo. Chega-se a um ponto em que convém fugir menos da malignidade dos homens do que da sua bondade incandescente. Por bondade abstrata nos tornamos atozes. E o pensamento de salvar o mundo é dos que acarretam as mais copiosas e inúteis carnificinas.

A ilha é, afinal de contas, o refúgio último da liberdade, que em toda parte se busca destruir. Amemos a ilha.

(Adaptado de Carlos Drummond de Andrade, **Passeios na ilha**)

1. Em suas divagações sobre as ilhas, o autor vê nelas, sobretudo, a positividade de

- (A) um espaço ideal, cujas características naturais o tornam uma espécie de reduto ecológico, que faz esquecer os artifícios urbanos.
- (B) um repouso do espírito, de vez que não é possível usufruir os benefícios do insulamento em meio a lugares povoados.
- (C) um sucesso pessoal, a ser obtido pela paz de espírito e pela concentração intelectual que somente o pleno isolamento garante.
- (D) uma libertação possível, pois até mesmo os bons homens acabam por tolher a prática salvadora da verdadeira liberdade.
- (E) uma solidão indispensável, pois a felicidade surge apenas quando conseguimos nos distanciar dos nossos semelhantes.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A expressão *fuga relativa*, referida no 1º parágrafo, diz respeito ao equilíbrio que o autor considera desejável entre a conveniente distância e a conveniente aproximação, a se preservar no relacionamento com os semelhantes.
- II. No 2º parágrafo, todas as razões aventadas para explicar a irresistível sedução de uma ilha são consideradas essenciais, não havendo como entender essa atração sem se recorrer a elas.
- III. No 3º parágrafo, o autor se vale de amarga ironia quando afirma que o exercício da liberdade pessoal, benigno em si mesmo, é a causa da falta de liberdade dos povos que mais lutam por ela.

Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Quando afirma, no início do 3º parágrafo, que *nenhuma dessas excelências me seduz mais do que as outras*, o autor deprecia, precisamente, estes clássicos atributos das ilhas:

- (A) a hostilidade agreste, a solidão plena e a definitiva renúncia à solidariedade.
- (B) a poesia do mundo natural, o exclusivo espaço da solidão e a realização do ideal de felicidade.
- (C) a monotonia da natureza, o conforto da relativa solidão e a surpresa da felicidade.
- (D) a sedução mágica da paisagem, a valorização do espírito e a relativização da felicidade.
- (E) a fuga da vida urbana, a exaltação da bondade e o encontro da liberdade verdadeira.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *pondo-me a coberto de* (1º parágrafo) = recobrimo-me com
- (B) *estouvada confraternização* (1º parágrafo) = insensível comunhão
- (C) *se alcançaria tal mercê* (2º parágrafo) = se granjearia essa graça
- (D) *crítica severa e indiscriminada* (3º parágrafo) = análise séria e circunstanciada
- (E) *acarretam as mais copiosas e inúteis carnificinas* (3º parágrafo) = induzem as exemplares mortalidades



5. Quando penso em comprar uma ilha, nenhuma dessas excelências me seduz mais do que as outras, nem todas juntas constituem a razão do meu desejo.
- Estará adequada a nova correlação entre os tempos e os modos verbais caso se substituam os elementos sublinhados da frase acima, na ordem dada, por:
- (A) Se eu vier a pensar – seduziria – constituíam
- (B) Quando eu ficava pensando – seduzira – constituíam
- (C) Se eu vier a pensar – terá seduzido – viriam a constituir
- (D) Quando eu pensava – houvesse de seduzir – tinham constituído
- (E) Se eu viesse a pensar – seduziria – constituiriam
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Evitem-se, sempre que possível, qualquer excesso no convívio humano: nem proximidade por demais estreita, nem distância exagerada.
- (B) Os vários atrativos de que dispõem a vida nas ilhas não são, segundo o cronista, exclusividade delas.
- (C) Cabem aos poetas imaginar espaços mágicos nos quais realizemos nossos desejos, como a Pasárgada de Manuel Bandeira.
- (D) Muita gente haveriam de levar para uma ilha os mesmos vícios a que se houvesse rendido nos atropelos da vida urbana.
- (E) A poucas pessoas conviria trocar a rotina dos *shoppings* pela serenidade absoluta de uma pequena ilha.
-
7. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o autor dessa crônica:
- (A) O poeta Drummond escreveu num poema o verso “Ilhas perdem o homem”, o que significa estar contraditório com o que especula diante das ilhas neste seu outro texto.
- (B) “Ilhas perdem o homem” – asseverou Drummond num poema seu, manifestando sentimento bem diverso do que expõe nessa crônica de **Passeios na ilha**.
- (C) Ao contrário do que defende na crônica, há um poema de Drummond cujo o verso “Ilhas perdem o homem” redundava num paradoxo diante da mesma.
- (D) Paradoxal, o poeta Drummond é autor de um verso (“Ilhas perdem o homem”) de flagrante contraste ao que persigna numa crônica de **Passeios na ilha**.
- (E) Se nessa crônica Drummond enaltece o ilhamento, num poema o verso “Ilhas perdem o homem” se compraz ao agrupamento, não à solidão humana.
-
8. Atentando-se para a voz verbal, é correto afirmar que em
- (A) *Por bondade abstrata nos tornamos atroz* ocorre um caso de voz passiva.
- (B) *A ideia de fuga tem sido alvo de crítica severa* o elemento sublinhado é agente da passiva.
- (C) *Amemos a ilha* a transposição para a voz passiva resultará na forma verbal **seja amada**.
- (D) *E por que nos seduz a ilha?* não há possibilidade de transposição para a voz passiva.
- (E) *tudo isso existe fora das ilhas* a transposição para a voz passiva resultará na forma verbal **tem existido**.
-
9. A pontuação está plenamente adequada na frase:
- (A) O cronista, diante da possibilidade de habitar uma ilha, enumera uma série de argumentos que, a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento, mas, ao fim e ao cabo, convence-se de que está na ilha a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.
- (B) O cronista diante da possibilidade, de habitar uma ilha, enumera uma série de argumentos, que a princípio desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento, mas ao fim e ao cabo, convence-se de que está na ilha a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.
- (C) O cronista diante da possibilidade de habitar uma ilha enumera uma série de argumentos, que a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento; mas ao fim e ao cabo convence-se, de que está na ilha a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.
- (D) O cronista, diante da possibilidade de habitar uma ilha enumera uma série de argumentos, que a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento mas, ao fim e ao cabo convence-se de que está na ilha, a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.
- (E) O cronista, diante da possibilidade de habitar uma ilha enumera uma série de argumentos que a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento; mas ao fim e ao cabo, convence-se de que, está na ilha, a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.
-
10. Amemos as ilhas, mas não emprestemos às ilhas o condão mágico da felicidade, pois quando fantasiamos as ilhas esquecemo-nos de que, ao habitar ilhas, leva-se para elas tudo o que já nos habita.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) lhes emprestemos – lhes fantasiamos – habitá-las
- (B) emprestemos-lhes – as fantasiamos – habitar-lhes
- (C) as emprestemos – fantasiamo-las – as habitar
- (D) lhes emprestemos – as fantasiamos – habitá-las
- (E) as emprestemos – lhes fantasiamos – habitar-lhes



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

Paraty

É do esquecimento que vem o tempo lento de Paraty.

A vida vagarosa – quase sempre caminhando pela água –, o saber antigo, os barcos feitos ainda hoje pelas mãos de antepassados, os caminhos de pedra que repelem e desequilibram a pressa: tudo isso vem do esquecimento. Vem do dia em que Paraty foi deixada quieta no século XIX, sem razão de existir.

Até ali, a cidade fervia de agitação. Estava na rota do café, e escoava o ouro no lombo do burro e nas costas do escravo. Um caminho de pedra cortava a floresta para conectar Paraty à sua época e ao centro do mundo.

Mas, em 1855, a cidade inteira se aposentou. Com a estrada de ferro criada por D. Pedro II, Paraty foi lançada para fora das rotas econômicas. Ficou sossegada em seu canto, ao sabor de sua gente e das marés. E pelos próximos 119 anos, Paraty iria formar lentamente, sem se dar conta, seu maior patrimônio.

Até que chegasse outro ciclo econômico, ávido por lugares onde todos os outros não houvessem tocado: o turismo. E assim, em 1974, o asfalto da BR-101 fez as pedras e a cal de Paraty virarem ouro novamente. A cidade volta a conviver com o presente, com outro Brasil, com outros países. É então que a preservação de Paraty, seu principal patrimônio e meio de vida, escapa à mão do destino. Não podemos contar com a sorte, como no passado. Agora, manter o que dá vida a Paraty é razão de muito trabalho. Daqui para frente, preservar é suor.

Para isso existe a Associação Casa Azul, uma organização da sociedade civil de interesse público. Aqui, criamos projetos e atividades que mantenham o tecido urbano e social de Paraty em harmonia. Nesta casa, o tempo pulsa com cuidado, sem apagar as pegadas.

(Texto institucional- Revista **Piauí**, n. 58, julho 2011)

11. Paraty é apresentada, fundamentalmente, como uma cidade

- (A) cuja vocação turística se manifestou ao mesmo tempo em que foi beneficiada pelos ciclos econômicos do café e do ouro.
- (B) que se beneficiou de dois ciclos econômicos do ouro, muito embora espaçados entre si por mais de um século.
- (C) cuja história foi construída tanto pela participação em ciclos econômicos como pela longa inatividade que a preservou.
- (D) cujo atual interesse turístico deriva do fato de que foi convenientemente remodelada para documentar seu passado.
- (E) que sempre respondeu, com desenvoltura e sem solução de continuidade, às demandas econômicas de várias épocas.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A frase *É do esquecimento que vem o tempo lento de Paraty* faz alusão ao período em que a cidade deixou de se beneficiar de sua importância estratégica nos ciclos do ouro e do café.
- II. O texto sugere que o mesmo turismo que a princípio valoriza e cultua os espaços históricos e naturais preservados traz consigo as ameaças de uma séria degradação.
- III. Um longo *esquecimento*, condição em princípio negativa na escalada do progresso, acabou sendo um fator decisivo para a atual evidência e valorização de Paraty.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) II, somente.

13. A informação objetiva contida numa expressão ou frase de efeito literário está adequadamente reconhecida em:

- (A) *os barcos feitos ainda hoje pelas mãos de antepassados* (2º parágrafo) = os barcos que lá se encontram foram herdados dos antecessores
- (B) *escoava o ouro no lombo do burro e nas costas do escravo* (3º parágrafo) = dava embarque ao ouro trazido por muares e cativos
- (C) *em 1855, a cidade inteira se aposentou* = ano em que se decretou a inatividade de todos os seus funcionários
- (D) *Ficou sossegada em seu canto, ao sabor de sua gente e das marés* (4º parágrafo) = acomodou-se ao ritmo das canções de seu povo e aos sons da natureza
- (E) *o asfalto da BR-101 fez as pedras e a cal de Paraty virarem ouro novamente* (5º parágrafo) = a valorização imobiliária reviveu a pujança dos antigos ciclos econômicos

14. Articulam-se como uma **causa** e seu **efeito**, respectivamente, os seguintes elementos:

- (A) *É do esquecimento que vem o tempo lento / Estava na rota do café*
- (B) *a cidade fervia de agitação / foi lançada para fora das rotas econômicas*
- (C) *estrada de ferro criada por D. Pedro / Um caminho de pedra cortava a floresta*
- (D) *A cidade volta a conviver com o presente / o asfalto da BR-101*
- (E) *Nesta casa, o tempo pulsa com cuidado / sem apagar as pegadas*



<p>15. É preciso reconstruir, devido à má estruturação, a seguinte frase:</p> <p>(A) A posição de Paraty possibilitou-lhe a proeminência econômica de que gozou durante os ciclos econômicos do ouro e do café, pelo menos até o ano de 1855.</p> <p>(B) A passagem do tempo, que pode ser ingrata em muitas situações, acabou conferindo a Paraty os encantos históricos de uma cidade que se preservou durante seu longo esquecimento.</p> <p>(C) A Associação Casa Azul, nesse texto promocional, apresenta-se como instituição cuja finalidade precípua é a preservação da cidade histórica de Paraty.</p> <p>(D) Caso não haja controle de iniciativa oficial ou particular, a cidade de Paraty desfruta da condição de ser um polo turístico, o que também constitui um risco de degradação.</p> <p>(E) A referência a caminhos de pedra que impedem a pressa não é só uma imagem poética relativa ao tempo: reporta-se ao calçamento físico das ásperas ruas de Paraty.</p>	<p>18. <i>Aqui, nesta casa, criamos projetos e atividades que mantenham o tecido urbano e social de Paraty em harmonia.</i></p> <p>A frase acima foi reelaborada, sem prejuízo para a correção e a coerência, nesta nova redação:</p> <p>(A) É para manter em harmonia o tecido urbano e social de Paraty que se criam projetos e atividades nesta casa.</p> <p>(B) A fim de que se mantenham o tecido urbano e social de Paraty em harmonia que criamos nesta casa projetos e atividades.</p> <p>(C) São projetos e atividades que criamos nesta casa com vistas a harmonia aonde se mantenha o tecido urbano e social de Paraty.</p> <p>(D) Nesta casa, cria-se projetos e atividades visando à manter-se o tecido urbano e social de Paraty de modo harmonioso.</p> <p>(E) Os projetos e atividades criados nesta casa é para se manter em harmonia tanto o tecido urbano quanto o social de Paraty.</p>
<p>16. O emprego, a grafia e a flexão dos verbos estão corretos em:</p> <p>(A) A revalorização e a nova proeminência de Paraty não prescindiram e não requisaram mais do que o esquecimento e a passagem do tempo.</p> <p>(B) Quando se imaginou que Paraty havia sido para sempre renegada a um segundo plano, eis que ela imerge do esquecimento, em 1974.</p> <p>(C) A cada novo ciclo econômico retificava-se a importância estratégica de Paraty, até que, a partir de 1855, sobreviram longos anos de esquecimento.</p> <p>(D) A Casa Azul envidará todos os esforços, refreando as ações predatórias, para que a cidade não sucumba aos atropelos do turismo selvagem.</p> <p>(E) Paraty imbuíu da sorte e do destino os meios para que obtesse, agora em definitivo, o prestígio de um polo turístico de inegável valor histórico.</p>	<p>19. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados em:</p> <p>(A) Se o <u>por quê</u> da importância primitiva de Paraty estava na sua localização estratégica, a importância de que goza atualmente está na relevância histórica <u>porque</u> é reconhecida.</p> <p>(B) Ninguém teria <u>porque</u> negar a Paraty esse duplo merecimento de ser poesia e história, <u>por que</u> o tempo a escolheu para ser preservada e a natureza, para ser bela.</p> <p>(C) Os dissabores <u>por que</u> passa uma cidade turística devem ser prevenidos e evitados pela Casa Azul, <u>porque</u> ela nasceu para disciplinar o turismo.</p> <p>(D) <u>Porque</u> teria a cidade passado por tão longos anos de esquecimento? Criou-se uma estrada de ferro, eis <u>porque</u>.</p> <p>(E) Não há <u>porquê</u> imaginar que um esquecimento é sempre deplorável; veja-se como e <u>por quê</u> Paraty acabou se tornando um atraente centro turístico.</p>
<p>17. Atente para estas frases, do 5º parágrafo do texto:</p> <p>I. <i>Não podemos contar com a sorte.</i> II. <i>Daqui para frente, preservar é suor.</i></p> <p>Para articulá-las de modo a preservar o sentido do contexto, será adequado uni-las por intermédio deste elemento:</p> <p>(A) no entanto. (B) ainda assim. (C) haja vista que. (D) muito embora. (E) por conseguinte.</p>	<p>20. A expressão de que preenche adequadamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Os projetos e atividades implementamos na Casa Azul visam à harmonia de Paraty.</p> <p>(B) O prestígio turístico veio a gozar Paraty não cessa de crescer, por conta de novos projetos e atividades.</p> <p>(C) O esquecimento Paraty se submeteu preservou-a dos desgastes trazidos por um progresso irracional.</p> <p>(D) A plena preservação ambiental, Paraty faz por merecer, é uma das metas da Casa Azul.</p> <p>(E) Os ciclos econômicos do ouro e do café, tanto prosperou Paraty, esgotaram-se no tempo.</p>

**Noções de Direito Administrativo**

21. É INCORRETO afirmar que são formas de provimento de cargo público, dentre outras, a

- (A) reintegração e a recondução.
- (B) readaptação e a nomeação.
- (C) promoção e o aproveitamento.
- (D) transferência e a ascensão.
- (E) nomeação e a promoção.

22. João Carlos, aposentado por invalidez, foi submetido à junta médica oficial, que declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria, razão pela qual foi determinado o seu retorno à atividade, que deverá ser feito

- (A) através da reintegração em qualquer cargo de atribuições correlatas àquelas do cargo que ocupava anteriormente, ficando o servidor em disponibilidade remunerada se não houver cargo vago com tais características.
- (B) por recondução para o mesmo cargo anteriormente ocupado. Na hipótese deste estar provido, o servidor será colocado em disponibilidade remunerada até que ocorra a vaga em outro cargo.
- (C) mediante reversão e ocorrer no mesmo cargo ou naquele resultante da sua transformação. Na hipótese de estar provido esse cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.
- (D) por intermédio do aproveitamento para cargo de atribuições, complexidade e remuneração idênticas ao do cargo ocupado por ocasião da aposentadoria.
- (E) com a aplicação da transposição para o cargo ocupado quando da aposentadoria, ou para outro com as mesmas características, ou ainda colocado em disponibilidade remunerada, até que ocorra cargo vago.

23. Dentre outros, NÃO pode ser considerado dever do servidor público federal:

- (A) atender com presteza à expedição de certidões requeridas para o esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- (B) cumprir, de regra, as ordens superiores.
- (C) representar contra omissão.
- (D) zelar pela conservação do patrimônio público e particular.
- (E) representar contra abuso de poder.

24. Analise os prazos para:

- I. a prescrição quanto às infrações punidas com destituição de cargo em comissão.
- II. a revisão do processo disciplinar.

Nesses casos, respectivamente para I e II, é correto:

- (A) 5 (cinco) anos; e 2 (dois) anos.
- (B) 5 (cinco) anos; e não há prazo, podendo ocorrer a qualquer tempo.
- (C) 2 (dois) anos; e 5 (cinco) anos.
- (D) 1 (um) ano; e 2 (dois) anos.
- (E) 180 (cento e oitenta) dias; e não há prazo, ocorre a qualquer tempo.

25. No inquérito administrativo disciplinar, quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame

- (A) por junta formada por um médico indicado por parte do servidor e outro de livre escolha da administração.
- (B) psicotécnico e avaliado obrigatoriamente por um médico neurologista.
- (C) por junta médica particular ou oficial, integrada por dois psicólogos.
- (D) psicotécnico, oficial ou não, e avaliado obrigatoriamente por dois médicos da medicina do trabalho.
- (E) por junta médica oficial, da qual participe, pelo menos, um psiquiatra.

Noções de Direito Constitucional

26. Considere:

- I. O Partido Político A, regularmente constituído, não possui representação no Congresso Nacional.
- II. O Sindicato B, legalmente constituído, está em funcionamento há dois anos.
- III. A Associação C, legalmente constituída, está em funcionamento há um ano e quinze dias.
- IV. A Associação D, legalmente constituída, está em funcionamento há dez meses.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, possuem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo APENAS os entes indicados em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e II.



27. A Constituição Federal brasileira de 1988 NÃO previa, expressa e originariamente, dentre os direitos sociais,
- (A) a educação.
 - (B) a alimentação.
 - (C) a saúde.
 - (D) o trabalho.
 - (E) o lazer.
-
28. Considere os seguintes cargos:
- I. Presidente da Câmara dos Deputados.
 - II. Presidente do Senado Federal.
 - III. Membro de Tribunal Regional Federal.
 - IV. Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- São, dentre outros, cargos privativos de brasileiro nato os indicados APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) I e IV.
 - (E) II e IV.
-
29. A lei WXYZ alterou o processo eleitoral. De acordo com a Constituição Federal brasileira de 1988, a Lei WXYZ entrará em vigor
- (A) na data de sua publicação, mas não será aplicada para eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
 - (B) em um ano após a sua publicação, sendo aplicada imediatamente após a data da sua vigência para as eleições.
 - (C) na data de sua publicação, sendo aplicada imediatamente após esta data para as eleições.
 - (D) na data de sua publicação, mas não será aplicada para eleição que ocorra até três meses da data de sua vigência.
 - (E) na data de sua publicação, mas não será aplicada para eleição que ocorra até noventa dias da data de sua vigência.
-
30. As ações contra o Conselho Nacional de Justiça e as ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público serão julgadas originariamente pelo
- (A) Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal Regional Federal competente, respectivamente.
 - (B) Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
 - (E) Supremo Tribunal Federal.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. O assistente social, ao inserir-se no mercado de trabalho, deve

- (A) detectar o que se esconde por detrás das contradições e impasses decorrentes das desigualdades.
- (B) ter uma perspectiva instrumental e considerar a necessidade de subordinar-se à dinâmica reguladora do mercado.
- (C) pactuar com as posturas ideo-políticas que instrumentalizam as instituições nas quais se insere, de modo a corroborar com o pensamento hegemônico, independentemente da linha no qual está circunscrito.
- (D) concentrar-se nas particularidades da divisão socio-técnica do trabalho, pois o trato das determinações históricas pode causar distensões nos espaços ocupacionais.
- (E) centrar-se na lógica da história contemporânea de forma multifacetada, considerando que as particularidades da profissão podem se constituir como barreiras ocupacionais.

32. A compreensão da categoria trabalho compõe o estudo do fenômeno humano-social. Nesta linha, é correto concluir que a categoria trabalho

- (A) tem sua relevância na análise da economia política e da questão social, mas não pode ser considerada central.
- (B) não pode ser considerada na transformação de matérias em produtos que atendam às necessidades humanas.
- (C) é indispensável à compreensão da atividade econômica e ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade.
- (D) tem sua importância na reprodução humana, pois são dispensáveis os instrumentos que se interpoem entre a matéria natural e os trabalhadores.
- (E) não pode se distinguir de qualquer atividade natural.

33. O Serviço Social profissional, numa interpretação não conservadora, pode ser compreendido como:

- I. atividade definida pela divisão sociotécnica do trabalho no âmbito da sociedade capitalista burguesa.
- II. profissão cujo objeto constitui um conjunto de situações que exigem intervenções sobre variáveis empíricas.
- III. capaz de dispor de um sistema original de saber e detentor de uma teoria particular.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

34. Segundo Marilda Iamamoto (1992), o espaço profissional do serviço social na contemporaneidade deve:

- I. assumir as possibilidades teórico-práticas postas para a profissão pela dinâmica da realidade.
- II. apreender as demandas potenciais gestadas historicamente, recriando o perfil profissional do assistente social.
- III. adotar perspectivas capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

35. A questão social foi posta como alvo da intervenção do Estado e das políticas sociais de forma sistemática e contínua

- (A) desde os primórdios da sociedade desigual com o fim do escravismo.
- (B) no capitalismo monopolista, para preservação e controle da força de trabalho.
- (C) com o surgimento do capitalismo concorrencial, para administrar a força de trabalho.
- (D) com a instituição do modelo de Estado burocrático na Inglaterra do pós guerra.
- (E) com a insurgência do modelo econômico mercantil e intervenção estatal na sociedade privatista.

36. Segundo José Paulo Netto (1992), as políticas sociais

- (A) em hipótese nenhuma podem ser decorrentes das antecipações estratégicas do Estado em torno das reivindicações dos trabalhadores.
- (B) esgotam-se na tensão bipolar entre a sociedade e o Estado Burguês.
- (C) tratam-se de uma conexão causal imediata entre seus protagonistas.
- (D) não resultam de confrontos de classe e sim de um consenso da sociedade e Estado para o bem-estar.
- (E) decorrem também da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores.

37. No modelo neoliberal as políticas sociais apresentam, dentre outras, as características

- (A) de universalização e descentralização.
- (B) de caráter pontual, seletivo e passageiro.
- (C) de elevação dos gastos sociais.
- (D) centrais para os investimentos públicos e integradas ao desenvolvimento econômico.
- (E) de responsabilidade e primazia da esfera pública.



<p>38. As transformações ocorridas no mundo do trabalho, no contexto do processo de globalização, e as mudanças na sociedade salarial resultam da:</p> <p>I. subalternização do trabalho à ordem do mercado, da desmontagem de direitos sociais e trabalhistas que destacam a insegurança e a vulnerabilidade do trabalho, bem como a penalização dos trabalhadores.</p> <p>II. crise dos Estados de Bem-Estar Social, assentada no ideário neoliberal que erodiu as bases dos sistemas de proteção social e redirecionou as intervenções do Estado no âmbito da produção.</p> <p>III. melhoria nas condições de trabalho e da alternância nos sistemas previdenciários garantidores de modernos sistemas de seguridade social, sobretudo nos países de economia globalizada.</p> <p>Está correto o que consta em</p> <p>(A) I, apenas. (B) II, apenas. (C) III, apenas. (D) I e II, apenas. (E) I, II e III.</p>	<p>41. A reflexão da ética profissional não se limita a desvendar os fundamentos da moral contemporânea e suas contradições, mas também considera a</p> <p>(A) neutralidade axiológica própria de construções de projetos políticos profissionais.</p> <p>(B) capacidade de contemplar projetos políticos dominantes e hegemônicos na sociedade contemporânea.</p> <p>(C) lógica apolítica, pois o constructo ético não pode e não deve definir compromissos de classe social.</p> <p>(D) politização a partir da lógica do modelo funcional da sociedade com uma perspectiva de garantir o bem estar social.</p> <p>(E) incorporação das demandas emergentes e a constituição de novos valores, pois a reflexão ética não é neutra.</p>
<p>39. O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, tem sua configuração influenciada pela</p> <p>(A) lógica corporativa que define a metodologia do trabalho profissional no interior das instituições públicas e privadas.</p> <p>(B) construção de uma teoria própria, pois, no debate atual, o serviço social constitui-se numa ciência humana específica.</p> <p>(C) polarização de interesses sociais de classes, com caráter político da prática profissional.</p> <p>(D) crise do Estado Patrimonialista e pelo modo de produção do capitalismo concorrencial.</p> <p>(E) estrutura de consensos das classes sociais (burguesia e proletariado) que, ao estabelecer um campo harmônico, influencia a politização da profissão.</p>	<p>42. O Código de Ética do Assistente Social em vigor, em seu Art. 9º, afirma que é vedado ao profissional</p> <p>I. emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social;</p> <p>II. usar ou permitir o tráfico de influência a fim de obter emprego, desrespeitando concursos ou processos seletivos;</p> <p>III. utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.</p> <p>Está correto o que consta em</p> <p>(A) I, apenas. (B) II, apenas. (C) III, apenas. (D) I e II, apenas. (E) I, II e III.</p>
<p>40. O projeto profissional que fundamenta o serviço social, após seu processo de renovação, compromete-se com concepções de homem como</p> <p>(A) fragmentos de uma totalidade permeada pelo contexto fenomenológico, no qual o todo é resultante da soma das partes.</p> <p>(B) um ser bio-psico-social, cuja atuação profissional incide na capacidade de diálogo e compreensão, com centralidade em suas necessidades sociais mais imediatas.</p> <p>(C) síntese das múltiplas determinações, que deve ser apreendido criticamente, considerando sua complexidade concreta e histórica.</p> <p>(D) indivíduo unidimensional, cuja compreensão depende do aprofundamento em teorias que expliquem os generalismos abstratos.</p> <p>(E) resultante da visão liberal e da desvinculação dos contextos históricos e políticos, a fim de poder conceber a especificidade do trabalhador social.</p>	<p>43. Segundo Myriam Veras Baptista (2000), o planejamento pode ser considerado</p> <p>(A) processo dialógico com as seguintes operações: reflexão, ação e revisão, em função de que a tomada de decisão não compõe o espectro do planejamento.</p> <p>(B) ferramenta para pensar e agir dentro de uma sistemática analítica funcional e fenomenológica, estudando situações, prevendo seus limites e suas possibilidades, propondo objetivos e definindo estratégias.</p> <p>(C) dimensão reflexiva com operações simples, sem vinculação político-ideológica.</p> <p>(D) ferramenta para pensar e agir dentro de uma sistemática analítica própria, estudando situações, prevendo seus limites e suas possibilidades, propondo-se objetivos e definindo estratégias.</p> <p>(E) dimensão multidimensional, com operações simples que inclui três etapas: decisão, reflexão e revisão.</p>



44. O assistente social, ao participar num processo de planejamento, deve considerar que:
- (A) na definição dos objetivos, é necessário determinar precisamente o que o planejamento pretende alcançar, evidenciando os tipos de dados que indicarão a extensão do que será realizado e os padrões que permitirão sua avaliação.
 - (B) a ação é concebida e executada tendo em conta, de forma prioritária, as intencionalidades ocultas das lideranças locais.
 - (C) o objetivo geral expressa a decomposição dos objetivos específicos e apontam os resultados a serem alcançados em cada área e indicam a previsão dos resultados atingíveis.
 - (D) o plano delinea as decisões de caráter específico do sistema, suas especificidades, e deve ser formulado com toda a complexidade do processo de execução do planejamento, sobretudo se este corresponder à modalidade de estratégico.
 - (E) dentre as dimensões essenciais do plano, é prioritária a que diz respeito ao volume correspondente aos resultados subjetivos e não mensuráveis.
45. Segundo Ana Elizabete Mota (1995), os anos 1980 apresentam-se de forma peculiar para o desenvolvimento da seguridade social brasileira, em especial a previdência social. Nesta linha, é correto afirmar que a autora defende que, nesse período,
- (A) houve a defesa do processo de estatização e ampliação das políticas de seguridade na esfera pública.
 - (B) as ações governamentais e não governamentais não tinham relação com os mecanismos de reprodução do capital e de hegemonia de classe.
 - (C) a burguesia brasileira possuía um projeto hegemônico que contemplava a ampliação das políticas sociais estatais, sobretudo para a previdência social.
 - (D) vinha sendo gestada uma cultura política de crise que recicla as bases da constituição da hegemonia do grande capital.
 - (E) não havia um projeto de reforma na previdência social, na medida em que não se caracterizou como um período de crise para o Brasil.
46. A Previdência Social, segundo a Lei nº 8.213/1991, define, em seu artigo 2º, princípios e objetivos, tais como:
- I. universalidade de participação nos planos previdenciários;
 - II. uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
 - III. seletividade e distributividade na prestação de benefícios.
- Está correto o que consta em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
47. O Sistema Único de Saúde (SUS), descrito na Lei nº 8.080/1990, é constituído por
- (A) conjunto de ações e serviços vinculados a todas as políticas sociais componentes do tripé da seguridade social.
 - (B) conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração pública direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público.
 - (C) conjunto de serviços e benefícios de prestação continuada que promovem o bem estar bio-psico-social e devem ser prestados de forma descentralizada por todas as instâncias federadas, vinculando-se hierarquicamente aos organismos da previdência e saúde.
 - (D) ações do campo não governamental que integram a rede de prestação de serviços e se organizam de forma descentralizada, estabelecendo parcerias que favoreçam a participação social e comunitária.
 - (E) rede não governamental de forma primaz, podendo estabelecer parcerias com os órgãos públicos nas três esferas de governo, com as atribuições referentes à proteção social básica e especial.
48. Uma análise sobre a necessidade de enfrentar a questão da justiça social na área da saúde pública deve indicar, como principais desafios:
- (A) combate à corrupção com mecanismos mais eficientes de controle, priorizar os convênios com os serviços privados e melhorar a qualidade dos serviços.
 - (B) estabelecimento de uma nova divisão de atribuições entre a rede pública e privada, designando ao setor governamental, nas três esferas de governo, apenas a vigilância sanitária.
 - (C) combate às desigualdades no acesso aos serviços de saúde, a efetiva priorização do SUS no gasto público e a melhoria da qualidade do sistema público.
 - (D) definição de novos benefícios vinculados ao combate à fome, como programas de leite para crianças e medicamento para os idosos, vinculados ao Programa Bolsa Família.
 - (E) democratização da gestão, transformando os Conselhos gestores das unidades federativas em consultivos, pois o caráter deliberativo impede a agilidade nas decisões e, conseqüentemente, na qualidade dos serviços.
49. O Brasil tem vivido nos últimos anos um aumento de políticas sociais, tanto na oferta de serviços como na de benefícios. Este quadro suscita a necessidade de aprimoramento em metodologia de avaliação dessas políticas. O processo de avaliar tem como objetivos
- (A) definir limites de uma ação; identificar mudanças, potencialidades, problemas, organizar informações e subsidiar tomadas de decisão.
 - (B) estabelecer prioritariamente o controle e a fiscalização dos serviços.
 - (C) definir limites e subsidiar a tomada de decisão, estabelecendo o princípio de neutralidade na análise.
 - (D) estabelecer o controle, de forma prioritária, com adoção de medidas que punam e coíbam as práticas identificadas como despidas de conteúdo político ideológico.
 - (E) definir e identificar para provocar ajustamentos de ordem moral e política, tornando-as sem conteúdo axiológico, e ainda, possibilitando a tomada de novas decisões.



50. Na área social utilizam-se, com frequência, a pesquisa qualitativa. Dentre as possibilidades de escolha metodológica, encontram-se o “estudo de caso”, a respeito do qual é correto afirmar:
- (A) Essa escolha metodológica é atórica porque se baseia em interpretações do senso comum e suas conclusões não figuram no campo das ciências.
- (B) Deve ser rejeitado como instrumento de investigação, pois sua base teórica é imprecisa e, em função da tendência de tratar com superficialidade os fenômenos históricos, não são frequentemente utilizados nos grandes institutos de pesquisa.
- (C) Só pode congrega o ponto de vista do pesquisador e, com isso, não dispõe de senso de completude.
- (D) É definido como estratégia de pesquisa que envolve uma investigação empírica de um fenômeno particular, de um contexto da vida real, usando múltiplos métodos de coleta de dados.
- (E) Estuda os fenômenos contemporâneos descontextualizados da vida real, porém não admite múltiplas fontes de evidência.
-
51. A Norma Operacional Básica – NOB/SUAS 2005 disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social e as legislações complementares a ela aplicáveis. Em seu conteúdo, a NOB/SUAS 2005 estabelece como funções da política pública de assistência social:
- (A) defesa civil e institucional, para que os cidadãos possam se manifestar quanto à violação de seus direitos, garantindo a proteção social ativa submetendo o usuário à efetiva concretização do princípio da tutela.
- (B) vigilância socioassistencial, com o desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da Assistência Social, para conhecer as formas de vulnerabilidade social da população e do território.
- (C) instâncias de pactuação na gestão, como forma de garantir as negociações com a participação dos conselhos de assistência social envolvidos, no que se refere à operacionalização da política pública de assistência social.
- (D) adoção de referência diferenciada no território nacional de nomenclatura, conteúdo, padrão de funcionamento da rede de serviços, a partir da caracterização e especificidade de cada região.
- (E) vigilância sanitária no campo socioassistencial, como forma de garantir a co-responsabilidade das ações não-governamentais e o cumprimento das normas estabelecidas que indicam qualidade de atendimento e acessibilidade.
-
52. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS é um sistema no campo da proteção social brasileira que
- (A) consolida o modo de gestão compartilhada e o cofinanciamento entre os Conselhos das três esferas de governo de modo articulado e complementar.
- (B) prevê a centralização político-administrativa, definindo claramente as competências de cada esfera de governo.
- (C) estabelece o financiamento da assistência social prioritariamente pela esfera federal.
- (D) indica a direção da seletividade do sistema por meio da fixação de níveis mínimos de cobertura de benefícios, serviços, projetos e ações.
- (E) possui, como eixo estruturante, a precedência da gestão pública da política.
-
53. O potencial de formação de redes de movimentos sociais pode ser expresso a partir
- (A) do universalismo abstrato, sem referência concreta e substantiva ao cotidiano dos sujeitos submetidos à exclusão ou à discriminação.
- (B) do sentido individual atribuído à carência vivenciada no dia a dia do sujeito e a possibilidade de sua identificação objetiva em torno dela.
- (C) da capacidade de atuar isoladamente com as várias dimensões, entendidas como as condições materiais de existência, condições simbólicas de sua reprodução e políticas decorrentes.
- (D) da busca dos nexos que os atores políticos organizados constroem entre as demandas materiais e o sentido subjetivo das privações, criando identidades coletivas.
- (E) da possibilidade de se ater nas demandas restritas às condições materiais individuais que dizem respeito a um conjunto de exclusões sociais alusivo a determinado segmento populacional.
-
54. Há elementos-chave da redução de danos que são universais e que devem permear as estratégias de políticas ou intervenções de saúde pública, as quais buscam aplicar os princípios de redução de danos. Identifique um desses elementos:
- (A) a estratégia de redução de danos é complementar às estratégias de controle da demanda e da oferta.
- (B) seu foco é nos comportamentos em si e não nas consequências.
- (C) a estratégia é realista e reconhece que o consumo de álcool poderá ser interrompido em muitas comunidades, dependendo das ações a serem desencadeadas.
- (D) a estratégia de redução de danos julga o consumo de álcool e não a redução dos problemas advindos dele.
- (E) é uma estratégia pragmática na busca de políticas que sejam inatingíveis para oportunizar mais benefícios do que danos.



55. A abordagem de redução de danos para as pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas, implica um conjunto de intervenções de saúde pública. Podem ser identificadas como estratégias de redução de danos, especialmente para os usuários que não têm contato com o sistema de saúde, por meio de trabalho de:
- distribuição de insumos (seringas, agulhas, cachimbos) para prevenir a infecção dos vírus HIV e Hepatites B e C entre usuários de drogas.
 - elaboração e distribuição de materiais educativos para usuários de álcool e outras drogas, informando sobre formas mais seguras do uso de álcool e outras drogas e sobre as consequências negativas do uso de substâncias psicoativas.
 - programas de prevenção de acidentes e violência associados ao consumo e a ampliação do número de unidades de tratamento para o uso nocivo de álcool e outras drogas.
- Está correto o que consta em
- I, apenas.
 - II, apenas.
 - III, apenas.
 - I e II, apenas.
 - I, II e III.
56. No final dos anos de 1970, a nova cidadania, ou cidadania ampliada, que começou a ser formulada pelos movimentos sociais, pode ser compreendida como
- uma concepção que se limita à provisão de direitos legais e ao acesso a direitos definidos previamente.
 - vinculada a uma estratégia das classes dominantes e do Estado de incorporação política gradual dos setores excluídos.
 - constituição de sujeitos sociais ativos – agentes políticos –, definindo o que consideram ser seus direitos e lutando para seu reconhecimento.
 - uma idéia baseada e fixada em uma referência central e no significado do conceito liberal.
 - aquela que está mais confinada dentro dos limites das relações com o Estado, ou entre Estado e indivíduos.
57. O regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, estabelece como requisitos básicos para investidura em cargo público:
- a nacionalidade brasileira, considerando as excepcionalidades previstas no caso das universidades, instituições de pesquisa científica e tecnológica federal.
 - o gozo dos direitos políticos.
 - a idade mínima de dezesseis anos.
- Está correto o que se afirma em
- I, apenas.
 - II, apenas.
 - III, apenas.
 - I e II, apenas.
 - I, II e III.
58. Em sua atuação profissional, o assistente social recebe a demanda de um usuário que gostaria de participar das decisões institucionais. Este profissional, na relação com o usuário, tem o dever de
- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
 - descartar essa demanda do usuário, pois já existem canais de participação social por meio dos Conselhos de Políticas Setoriais e de Direitos.
 - viabilizar a participação do usuário somente para o caso desta existir por meio de instrumento formalmente instituído.
 - orientar ao usuário que essa demanda não está prevista no Código de Ética Profissional do assistente social, portanto, não há respaldo legal.
 - esclarecer ao usuário que sua demanda não tem nenhuma relação com a necessidade real que este deveria apresentar ao assistente social.
59. O assistente social, ao elaborar seu projeto profissional a partir dos princípios fundamentais do Código de Ética em vigor, deve pautá-lo
- como instrumento potente de impacto sobre a realidade, sendo o reflexo do compromisso com o papel de controle e tutela sobre as classes subalternas.
 - em uma formulação técnica e precisa que reafirme o papel do profissional como exclusivamente executor terminal de políticas sociais.
 - de forma a materializar o compromisso do assistente social com a instituição isento de qualquer substância política.
 - na opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.
 - na requisição da instituição, reproduzindo, com competência profissional, a demanda institucional e transformando-a em seu projeto profissional, compondo assim, as normas de regulação instituída.
60. A proposição de ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público, ou de entidade da qual o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, pode ser efetuada
- pelo Ministério Público, que possui atribuição privativa para essa ação, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático.
 - por qualquer cidadão, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - somente pela Controladoria Geral da União, que exerce atividades relativas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão.
 - pelo Tribunal de Justiça, que tem responsabilidade exclusiva de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
 - somente por representantes de ONG's que, conforme o novo Código Civil, qualificam-se para essa atividade pela prerrogativa da neutralidade política em sua atuação.



61. No que se refere à saúde do trabalhador, é correto afirmar:
- (A) Houve a inclusão dos trabalhadores brasileiros em trabalho formal no sistema nacional de promoção e proteção da saúde, excetuando-se os trabalhadores informais, que ficaram sob a responsabilidade da seguridade social não contributiva.
- (B) Cabe ao Ministério da Saúde a formulação e proposição de diretrizes da inspeção do trabalho, bem como supervisionar e coordenar a execução das atividades relacionadas com a inspeção dos ambientes de trabalho e respectivas condições de trabalho.
- (C) É responsabilidade do Ministério da Previdência Social subsidiar a formulação e a proposição de diretrizes e normas relativas à interseção entre as ações de segurança e saúde no trabalho e as ações de fiscalização e reconhecimento dos benefícios previdenciários decorrentes dos riscos ambientais do trabalho.
- (D) Compete ao Ministério do Trabalho o fomento à estruturação da atenção integral à saúde dos trabalhadores, envolvendo a promoção de ambientes e processos de trabalho saudáveis, o fortalecimento da vigilância de ambientes, processos e agravos relacionados ao trabalho, reabilitação física e psicossocial.
- (E) Configura-se como atividade privativa do Ministério da Saúde a promoção da saúde, a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde advindos, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho.
-
62. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, reformulado a partir da emenda constitucional nº 64/2010, traz avanços no campo dos direitos. Neste artigo são expressos como direitos sociais:
- (A) transporte e moradia.
- (B) educação e reforma agrária.
- (C) alimentação e trabalho.
- (D) meio ambiente saudável e saúde.
- (E) lazer e esporte.
-
63. O assistente social, ao orientar um trabalhador urbano com base no art. 7º da Constituição Federal de 1988, sobre a assistência gratuita prevista aos filhos e dependentes de trabalhadores em creches e pré-escola, esclarecerá que esta é destinada para crianças:
- (A) desde o nascimento até os cinco anos de idade.
- (B) a partir dos seis meses até os seis anos de idade.
- (C) desde o nascimento até os sete anos de idade.
- (D) a partir de doze meses de idade até os seis anos de idade.
- (E) a partir de doze meses de idade até os cinco anos de idade.
-
64. A proteção social da assistência social apresenta níveis de atenção diferenciados e pode ser compreendida como proteção social
- (A) básica para indivíduos com seus direitos violados, que se encontram em situação de vulnerabilidade decorrentes de abandono, privação e perda de vínculos.
- (B) básica que tem por objetivo prevenir situações de risco, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
- (C) especial com caráter preventivo e processador da inclusão social, cujas ações são referenciadas nos Centros de Referência de Assistência Social e também por uma rede formada por entidades e organizações assistenciais.
- (D) especial que se destina à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza e privação, como a ausência de renda e o precário acesso aos serviços públicos, dentre outros, e/ou fragilização de vínculos afetivos.
- (E) básica destinada a garantir proteção integral, como moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos com seus direitos violados, que necessitam ser afastados de seu núcleo familiar.
-
65. Entende-se por benefício assistencial de Prestação Continuada ao idoso aquele que é concedido mediante o requisito:
- (A) incapacidade para a vida independente e para o trabalho pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos e renda per capita de 1/2 (meio) salário mínimo.
- (B) idade de 65 (sessenta e cinco) anos ou mais das pessoas que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família e renda per capita de até 1/4 do salário mínimo.
- (C) idade de 60 (sessenta) anos ou mais das pessoas que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família e renda per capita de 1/4 do salário mínimo.
- (D) impossibilidade de integração ao mercado de trabalho de qualquer membro integrante do núcleo familiar, cuja renda per capita seja de até 1/2 (meio) salário mínimo.
- (E) morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, cujas famílias possuam renda familiar de até 3 (três) salários mínimos.
-
66. Configura-se, dentre os direitos fundamentais da cidadania da criança e do adolescente, o direito à convivência familiar e comunitária. Em função desse princípio, o Estatuto da Criança e do Adolescente obriga que se assegure a preservação dos vínculos familiares e a integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem. É correto afirmar que a colocação em família substituta
- (A) admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros, com encaminhamento e decisão do Conselho Tutelar, para posterior comunicação ao juiz.
- (B) estrangeira constitui medida excepcional, admissível nas modalidades de tutela, guarda e adoção.
- (C) estrangeira constitui medida excepcional, admissível somente na modalidade de adoção.
- (D) ocorrerá mediante guarda, tutela ou adoção, se assim o permitir a situação jurídica da criança ou adolescente.
- (E) poderá, na modalidade de guarda, ser revogada somente após o período de experiência de três meses, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.



67. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que a formação técnico-profissional do adolescente obedecerá ao princípio
- I. da garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular.
 - II. da atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente.
 - III. do horário especial para o exercício das atividades.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
68. Para os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos, o Estatuto do Idoso prevê a notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como a obrigação em comunicar
- (A) ao Conselho Municipal dos Direitos Humanos.
 - (B) ao Conselho Municipal da Assistência Social.
 - (C) à Secretaria Municipal, Estadual ou Nacional de Assistência Social.
 - (D) ao Conselho Municipal do Idoso.
 - (E) ao Conselho Municipal de Segurança Pública.
-
69. Um idoso atualmente não está no domínio de suas faculdades mentais e não possui condições de proceder à opção pelo tratamento de saúde que lhe é mais favorável. Nesse caso, a opção será feita acatando as definições do art. 17 do Estatuto do Idoso pelo
- (A) assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social, que coordena o trabalho voltado à população idosa e possui vínculo com o idoso.
 - (B) médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar.
 - (C) representante do Conselho Municipal do Idoso, coordenador da Comissão responsável pela defesa dos direitos da pessoa idosa na área da saúde.
 - (D) psicólogo e pelo assistente social da unidade de saúde na qual o idoso estiver sendo atendido.
 - (E) assistente social da unidade de saúde na qual o idoso estiver recebendo o tratamento de saúde.
-
70. O conceito de cidadania ativa deve conter a ideia de que
- (A) se trata de uma condição essencialmente política, na qual seus protagonistas concebem o mundo como um ambiente de direitos e responsabilidades recíprocas e se realizam neles como sujeitos de vontade.
 - (B) o usufruto dos direitos independe da inserção dos grupos e indivíduos em circunscrição estatal, pois o direito social deve resguardar a autonomia da sociedade civil até mesmo no provimento de bens e serviços.
 - (C) a politização das lutas constitui-se em aspecto maléfico para a conquista de direitos, sobretudo os sociais, pois, neste caso, são destinados à população com mais fragilidade política.
 - (D) os direitos de cidadania são abstratos e, nesta linha, haverá sempre a impossibilidade da luta coletiva, pois numa sociedade de liberdade de expressão dificilmente a consciência e abstrações se convergirão.
 - (E) as lutas de conquistas cidadãs devem sempre estar desvinculadas dos conflitos sociais e postulações de poder.